

A PSICOLOGIA NA PRÁTICA JURÍDICA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Mariana Oliveira Borges¹
Yan Alfredo Castro de Sá¹
Stéfany Karoline Nunes Almeida¹
André Luiz Santiago¹
Márcio Gonçalves Souza¹
Agatha Pereira Gomes¹
Arão da Silva Júnior²
Marcelo Martinez³
Ana Claudia Ferreira Cezario³

Resumo

A psicologia jurídica tem sido cada vez mais crescente em suas áreas de conhecimento e atuação. Caracteriza-se pela atuação psicólogos que objetivam levar um saber psicológico e um olhar para as emoções e cognições nos comportamentos e conflitos interpessoais. Assim, o presente artigo teve como objetivo analisar o perfil do público atendido no Projeto de Extensão - A Psicologia na Prática Jurídica - do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Universidade Salgado de Oliveira Campos Juiz de Fora - MG. Visando um atendimento interdisciplinar das pessoas que buscam o auxílio jurídico, no qual o direito encontra-se atento às questões legais das pessoas, o projeto se propõe a trabalhar as demandas psicológicas apresentadas pelos assistidos, suas respectivas questões emocionais, proporcionando um acolhimento mais completo através da metodologia da intervenção breve. Para a coleta de dados foi utilizado o banco de dados formado pelo projeto que contém as seguintes informações: 1) primeira vez ou não do indivíduo no NPJ, 2) acolhimento ou não da demanda pelo atendimento jurídico, 3) acolhimento ou não da demanda pelo atendimento psicológico, 4) origem da indicação aos serviços do NPJ e por fim, 5) as demandas que o levaram à procura do serviço. As análises foram realizadas através de estatísticas descritivas e frequenciais e no que se refere aos dados qualitativos, aplicou-se a análise de conteúdo de Bardin. Quanto aos resultados, observou-se uma maior procura pelo direito civil, no qual o requerimento do divórcio e da pensão alimentícia foram os que mais apareceram nos atendimentos. Tais demandas apresentaram necessidade de atenção/orientação psicológica, principalmente na existência de crianças envolvidas no processo. Foi constatado também que a maior parte das pessoas que buscavam o NPJ estavam indo pela primeira vez, por via de encaminhamento interno (32.0%), encaminhando externo (28,7%), auto indicação (14%), amigos (12,7%), familiares (10.0%) ou de outras instituições de ensino superior (2,7%). As demandas atendidas pelo NPJ obtiveram predomínio de aceitação por parte da equipe do direito. Conclui-se assim que a participação de psicólogos através do projeto em parceria com o curso de direito demonstrou uma compreensão mais completa de cada demanda atendida,

BORGES, Mariana Oliveira; SÁ, Yan Alfredo Castro; ALMEIDA, Stéfany Karoline Nunes; SANTIAGO, André Luiz; SOUZA, Márcio Gonçalves; GOMES, Agatha Pereira. Discentes do curso de Psicologia da UNIVERSO/Juiz de Fora, MG, 2017.

JÚNIOR, Arão da Silva – Advogado Técnico da UNIVERSO/Juiz de Fora, MG, 2017.

MARTINEZ, Marcelo. Docente de Direito na UNIVERSO/Juiz de Fora, MG, 2017.

CEZARIO, Ana Claudia Ferreira. Docente de Psicologia na UNIVERSO/Juiz de Fora, MG, 2017.

proporcionando além de um atendimento integral ao público assistido, uma troca de conhecimentos entre os alunos de psicologia e direito.

Palavras Chaves: Psicologia Jurídica; Direito; Escritório Escola; Clínica Escola.

1 Introdução

A Psicologia jurídica aparece como uma aplicação da psicologia social e se torna uma prática aplicada ao exercício do Direito. A Psicologia Social é uma vertente da psicologia que propõe a estudar a relação entre as pessoas envolvidas em sua cultura e sociedade através das interações sociais e dos processos cognitivos obtido por esta interação (Rodrigues, Assmar & Jablonsky, 2012). Neste sentido, Piñeres e Lobo (2005) afirmam que a psicologia jurídica tem sido entendida como um campo da psicologia social, dito, um campo de articulação entre a psicologia e o direito, e um desmembramento da psicologia social.

Assim, ao trazer essa proposta, a Psicologia Social apresenta temáticas presentes nos dias de hoje que interferem na vida e no bem-estar físico e psicológico da população. Dentre estas temáticas podemos mencionar: o abuso de drogas e álcool, vulnerabilidades sociais, a violência, o desemprego, a pobreza, a criminalidade, dentre outros fatores. Juntamente aos estudos da Psicologia Social, encontra-se a atuação dos profissionais da Psicologia Jurídica, que objetivam levar um saber psicológico e um olhar para as emoções e cognições nos comportamentos e conflitos interpessoais.

Neste sentido, a psicologia jurídica tem sido cada vez mais crescente em suas áreas de conhecimento e atuação. Em decorrência das novas demandas sociais e em função das atualidades nas produções acadêmicas e científicas além da atuação na área (Silva, 2009). Desta forma, torna-se importante ressaltar que os conceitos de psicologia jurídica e psicologia forense devem ser conceituados. Na concepção entre as diferenças acerca da Psicologia Forense e Jurídica, Freitas (2011) declara que o trabalho exercido pelos psicólogos jurídicos, assistentes sociais e magistrados têm sido executado nas seguintes frentes: a) análise dos testemunhos, b) exames de evidências delitivas, c) análise de confissões onde se buscará mensurar o grau de veracidade nas confissões, d) análise psicossocial do delito buscando entender as motivações que levaram o indivíduo a praticá-lo, e) atividades de orientação moral e psíquica do indivíduo infrator, f) ajustamento de medidas profiláticas partindo do ponto de vista psicológico e social, f) atuação preventiva com a finalidade de evitar a reincidência, e isso inclui inserção na sociedade do egresso do sistema prisional; além de atividades de capacitação para o mercado de trabalho e formas de ajudar o indivíduo a manter sua motivação para não reincidência. Compreendendo tais atividades como inerentes a psicologia jurídica Lago *et.al* coloca que há uma predominância das atividades de prescrição de laudos, pareceres e relatórios.

Já a Psicologia Forense, no entanto é uma área que emerge da jurídica. Exerce funções referidas à intervenção e trato com vítimas e infratores, detentos e pessoas ingressas na prisão. A finalidade principal do psicólogo forense é de se tornar um assessor para a tomada de decisões de juízes, desembargadores, promotores, procuradores, acerca do comportamento do indivíduo, que abarque uma visão psicossocial e cultural auxiliando no desenvolvimento das penalidades. As atividades exercidas como as avaliações e emissão de laudos, auxiliam nas decisões que ocorrerão em julgamentos e tribunais. Este profissional tem como objetivo fornecer informações com maior autenticidade possível dos fatos ocorridos, além de oferecer assistência à vara cível. Estas incluem: determinação da competência mental, distinção de mortes em caso de dúvidas entre suicídio ou assassinato, vitimologia de crimes, traçar perfis, redigir pareceres em casos de exploração sexual ou maus-tratos e compreensão das reações das vítimas perante a infração penal (FREITAS, 2011).

Diante da forte atuação da Psicologia Jurídica na atualidade, percebe-se a necessidade de trabalhar essa área na formação dos alunos estudantes do curso de psicologia. Assim, observa-se a realização de trabalhos multiprofissionais, aliando a psicologia, direito e serviço social em projetos que visam trazer ao público assistido um atendimento mais completo no que se refere à demanda recebido nas clínicas e escritórios escolas. Nesta vertente, em Santa Catarina, em 2004, foi criado o projeto Inserindo Práticas de Psicologia Jurídica, realizado no Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Florianópolis. O projeto visa juntamente às demandas jurídicas, trabalhar com os clientes atendidos pelo escritório, as suas demandas psicológicas decorrentes dos processos (BEIRAS, MARTINS & CRUZ, 2005). Os autores apontam ainda que "a partir da compreensão de que fenômenos psicológicos estão presentes nos conflitos jurídicos é apontada a necessidade de assistência psicológica em locais que prestam assistência jurídica à comunidade." (P.7).

No ano de 2006 em uma instituição de ensino superior privada na região do Vale do Aço-MG foi criado um projeto de extensão "Intervindo em comunidades: práticas em diferentes contextos" em conjunto com a disciplina curricular "Psicologia Comunitária" ofertada aos alunos de psicologia. O campo selecionado para a atuação deste projeto foi o Núcleo de Prática Jurídica, o qual teve como principal objetivo promover a qualidade de vida entre os indivíduos que buscaram os serviços do NPJ, além de proporcionar aos extensionistas à prática da psicologia na comunidade, neste caso, juntamente com o curso de direito. Destacou-se a metodologia multidisciplinar sendo de grande importância para o desenvolvimento do trabalho. Observou-se também a atuação da psicologia como fator de

forte contribuição para a melhoria na qualidade dos atendimentos, o qual foi possível ter uma visão dos aspectos psicológicos que envolviam os casos, levando assim, a compreensão dos possíveis motivos que levaram o sujeito à procura dos serviços ofertados pelo NPJ (GONÇALVES & SOUZA, 2011).

Desta forma, observa-se assim, que a psicologia jurídica aparece como um suporte para atuação do direito, passando de possibilidade para uma necessidade, no que se refere ao suprimento das necessidades psicológicas demandadas em meio ao judiciário. Também neste sentido, percebe-se ainda que a produção científica e a atuação da psicologia jurídica vêm ocupando cada vez mais espaço na sociedade e no meio acadêmico. Assim, nesta perspectiva acadêmica, o presente estudo vem de forma a contribuir para as pesquisas que já têm sido realizadas na área, além de oferecer uma compreensão maior da atuação da psicologia na prática jurídica, através de uma pesquisa de campo realizada num escritório escola.

2 Objetivos

Geral

Avaliar o perfil do público assistido no Projeto de Extensão do Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Salgado de Oliveira Campos Juiz de Fora - MG juntamente às demandas psicológicas apresentadas pelos mesmos.

Específicos

- Levantar dados acerca das principais demandas atendidas no NPJ.
- Avaliar o número de assistidos encaminhados para a clínica de psicologia da universidade.
- Discutir a relação do atendimento em conjunto dos cursos de psicologia e direito.

3 Metodologia

O presente estudo utilizou o delineamento de pesquisa de campo de natureza quali/quantitativa, caracterizada por um levantamento transversal, análise estatística descritiva e frequencial e análise de conteúdo de Bardin (2011).

No que se refere aos participantes, a coleta foi caracterizada através da utilização de um o banco de dados formado por 135 pessoas da comunidade assistidas pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Universidade Salgado de Oliveira – campus Juiz de Fora - MG. O banco de dados foi formado através do Projeto de Pesquisa e Extensão Multidisciplinar

denominado "A Psicologia na Prática Jurídica" realizado com alunos e professores do Direito juntamente com o curso de Psicologia.

Em relação a sua ação, os encontros ocorreram semanalmente no NPJ, três vezes por semana com atendimentos de duas horas em cada encontro. Inicialmente era feito uma Triagem realizada na sala de espera do NPJ onde eram recolhidas as principais demandas do assistido de modo a propiciar um melhor direcionamento de acordo com as necessidades dos mesmos, identificando demandas jurídicas e psicológicas dentro das respectivas formações dos alunos participantes. Após as triagens realizadas e encaminhamento das demandas jurídicas, caso identificada demandas psicológicas os alunos da Psicologia realizavam acolhimentos individuais. Nestes, utilizava-se a escuta das angústias dos assistidos através da metodologia das intervenções breves. É importante mencionar que em casos de demandas mais profundas e complexas para atendimentos psicológicos os assistidos foram encaminhados para o Núcleo de Psicologia Aplicada – NPA, clínica escola de psicologia da UNIVERSO.

Posteriormente à triagem e aos atendimentos (quando necessários), as principais informações coletadas foram transportadas para um banco de dados onde foram analisadas através de metodologias quanti/qualitativa e análises descritivas de dados. Quanto às variáveis investigadas que constavam no banco de dados, podemos citar: 1) primeira vez do indivíduo no NPJ, 2) acolhimento da demanda pelo atendimento jurídico, 3) acolhimento da demanda pelo atendimento psicológico, 4) origem da indicação aos serviços do NPJ e por fim, 5) as demandas que o levaram à procura do serviço.

No que se refere aos dados quantitativos, estes foram trabalhados através de estatísticas descritivas através de suas frequências e percentuais. Quanto à análise dos dados qualitativos, em relação aos encaminhamentos e as demandas atendidas, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011). Assim, foram realizadas as respectivas etapas estabelecidas pela autora: a) **pré-análise**, onde foi estabelecida a primeiro contato com o material analisado, b) **exploração do material**, onde foram codificados, decompostos e enumerados os dados e c) **tratamento dos resultados e interpretações**, caracterizada pela síntese, seleção dos resultados e inferências. É importante mencionar que a análise de conteúdo, foi realizada com uma equipe de seis pessoas, nesta foram realizadas a construção de categorias e a classificação das unidades de registro encontradas nas informações disponibilizadas no banco de dados.

Quanto aos aspectos éticos, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em agosto de 2017, possibilitando o tratamento dos dados e a publicação dos mesmos, resguardando o sigilo e as identificações dos assistidos.

4 Resultados

Como mencionado na metodologia, foram utilizadas as informações contidas no banco de dados construído através do projeto a Psicologia na Prática Jurídica em parceria do curso de psicologia e de direito da Universidade Salgado de Oliveira, campus Juiz de Fora - MG. Os dados foram colhidos no ano de 2017 para a formação do banco de dados através dos atendimentos realizados com o público assistido que foram em busca de auxílio jurídico ao escritório escola da instituição.

Em relação aos resultados mensurados sobre a primeira vez do assistido no NPJ, a amostra coletada indicou que 89 (65,92%) estavam comparecendo ao Núcleo pela primeira vez enquanto que 4 (2,96%) estava retornando para ter um parecer do andamento de seu processo, como mostra a tabela 1.

Tabela 1: Primeira Vez no NPJ

Primeira Vez no NPJ?	Contagem
Sim	89
Não	41
Retorno	4
Não mencionado	1
Total	135

Já em relação a atuação da psicologia para acolhimentos individuais, escuta das angústias através do trabalho com a metodologia da intervenção breve: 105 (77,77 %) das pessoas não tiveram qualquer tipo intervenção por parte da psicologia em contrapartida, 26 (19,25%) passaram por atendimento individual psicológico. É importante destacar que 1 (0,76%) por apresentar uma demanda complexa que necessitava de acompanhamento psicológico mais profundo, foi encaminhado à Clínica Escola de Psicologia (NPA). Os outros dados podem ser observados na tabela 2.

Tabela 2: Demanda aceita pelo Atendimento Psicológico

Atendimento Psicológico	Contagem
Não	105
Sim	26
Sem respostas	3
Encaminhado para o NPA	1
Total	135

No que concerne aos atendimentos da área jurídica, 87 (64,44%) tiveram suas demandas aceitas pela NPJ para dar entrada nos seus respectivos processos, 14 (9,33%) por terem demandas complicadas que necessitava de atenção maior do Núcleo, suas demandas não puderam ser aceitas, pois as demandas são acompanhadas pelos alunos do direito com a orientação do advogado responsável pelos mesmos, 3 (2%) foi pedido para retornar em agosto, já que o semestre letivo estava terminando e os alunos entraria de férias e não poderia pegar novos processos e 3 (2%) foram indicados a procurar a defensoria pública, pois o NPJ não poderia aceitar a demanda por se tratar de casos complexos fora da área de atuação do núcleo, já que o mesmo é um escritório escola e as demandas mais aceitas refere-se a área do Direito Civil.

Tabela 3: Demanda aceita pelo Atendimento Jurídico

Demanda Aceita pelo Núcleo?	Contagem
Sim	87
Demanda não aceita pelo NPJ	14
Orientação	14
Foi orientada e retornará.	6
Sem resposta	5
Indicou para defensoria	3
Retornar em agosto	3

Encaminhado ao fórum	1
Processo em andamento	1
Não passou pelo Jurídico	1
Total	135

Como informado na metodologia, além da análise com estatísticas descritivas dos dados frequenciais e percentuais, em duas variáveis investigadas do banco de dados, foram realizadas a análise de conteúdo na busca da codificação dos fragmentos de textos relacionados à origem dos encaminhamentos e às demandas acolhidas.

Assim, para averiguar como as pessoas chegaram ao serviço do NPJ, como demonstrado na tabela 4, 32,0% tiveram acesso aos serviços do núcleo por encaminhamento interno; 28,7% chegaram ao núcleo por encaminhamento externo; enquanto que 14% vieram por auto indicação ou declararam não recorda como souberam dos serviços; 12,7% foi indicado por amigos; 10,0% da amostra foi indicada por familiares que conhecem ou já utilizou o trabalho do núcleo; 2,7% encaminhado por outras instituições de ensino superior.

Tabela 4: Análise de conteúdo acerca das indicações ao NPJ.

Categorias	Unidades de registros	Frequência	Percentual (%)	Total
Encaminhamento interno/Universo				32,00%
	Alunos	20	13,33%	
	Assistido	20	13,33%	
	Funcionário	3	2,00%	
	Advogado da Instituição	2	1,33%	
	NPA	2	1,33%	
	Professor	1	0,67%	
Encaminhamento Externo				28,67%
	Defensoria	10	6,67%	
	OAB	9	6,00%	

	Câmara dos Vereadores	6	4,00%	
	Promotor	4	2,67%	
	Fórum	2	1,33%	
	Juizado Especial	2	1,33%	
	Prefeitura	1	0,67%	
	Advogados	1	0,67%	
	Núcleo de Assistência ao Idoso (NAI)	1	0,67%	
	ONG para crianças	1	0,67%	
	Assistente Social	1	0,67%	
	Psicólogo do CAPS	1	0,67%	
	MGM	1	0,67%	
	Delegacia do Idoso	1	0,67%	
	Secretária	1	0,67%	
	Instituto do idoso	1	0,67%	
Outros				14,00%
	Encaminhamento Próprio	10	6,67%	
	Não especificado	7	4,67%	
	Não se recorda	3	2,00%	
	Coincidencia	1	0,67%	
Amigos				12,67%
	Amigos	19	12,67%	

Família				10,00%
	Sobrinhos	4	2,67%	
	Irmãos	3	2,00%	
	Tios	2	1,33%	
	Primos	2	1,33%	
	Filhos	1	0,67%	
	Sogra	1	0,67%	
	Cônjuges	1	0,67%	
	Nora	1	0,67%	
Outras instituições de ensino				2,67%
	VIANNA JR	1	0,67%	
	CES	1	0,67%	
	UFJF	1	0,67%	
	FACSUM	1	0,67%	
TOTAL		150	100,00%	100%

Quanto à demanda do público atendido, ou seja, os motivos da procura pelos serviços do NPJ, a análise de conteúdo permitiu observar que 61,40% dos entrevistados procuraram o núcleo com a demanda referente ao direito civil, como por exemplo, pedido de guarda, pensão ou divórcio; 22,1% das pessoas procuraram os serviços para outros fins, como esclarecimentos de dúvidas ou a pedido do próprio núcleo; 12,1% direito do consumidor; 2,1% direito administrativo; 0,7% para direito previdenciário e 0,7% Direito penal ou criminal.

Tabela 5: Análise de Conteúdo acerca das demandas recebidas no NPJ

Categorias	Unidades de registros	Frequência	Percentual (%)	Total
Direito Civil				61,40%
	Divorcio	21	15,00%	
	Pensão	14	10,00%	
	Inventário	7	5,00%	
	Usucapião	6	4,30%	
	Herança	6	4,30%	
	Invasão de imóveis	5	3,60%	
	Retificação de documentos	5	3,60%	
	Guarda	4	2,90%	
	Ordem de despejo	4	2,90%	
	Problemas com outros advogados	4	2,90%	
	Partilha de imóveis	3	2,10%	
	Internação Compulsória	2	1,40%	
	Problemas com inquilinos	1	0,70%	
	Regularizar imóvel	1	0,70%	
	Procuração	1	0,70%	

	Quebra de contrato	1	0,70%	
	Receber um dinheiro	1	0,70%	
Outras				22,10%
	Esclarecimento	14	10,00%	
	Retorno	11	7,90%	
	Acompanhamento Jurídico	6	4,30%	
Direito do Consumidor				12,10%
	Cobranças indevidas	7	5,00%	
	Honorários atrasados	2	1,40%	
	Problemas com o banco	1	0,70%	
	Problemas com a construtora	1	0,70%	
	Problemas com imóvel	1	0,70%	
	Problemas com veículo	1	0,70%	
	Renegociar dívida	1	0,70%	
	Cartão de crédito	1	0,70%	
	Pagamento de carnês	1	0,70%	
	Reaver valor de	1	0,70%	

	produtos			
Direito Administrativo				2,10 %
	Problemas com a medicação	3	2,10%	
Direito Previdenciário				0,70 %
	Aposentadoria	1	0,70%	
Direito Penal ou criminal				0,70 %
	Ameaças	1	0,70%	
Direito do Trânsito				0,0071
	Multa Indevida	1	0,70%	
TOTAL		140	100,00 %	100 %

5 Discussão

De modo geral, com o presente estudo podemos afirmar que, grande parte da população assistida pelo NPJ, estava à procura dos serviços pela primeira vez. O que demonstra grande rotatividade entre os usuários, proporcionando aos alunos do direito e do curso de psicologia uma maior amplitude no que se refere ao conhecimento em áreas distintas do direito e em relação ao contato com as mais variadas demandas. Assim, auxiliando e engrandecendo sua formação acadêmica.

Em relação às demandas relacionadas a área da psicologia, percebemos que, em função do não conhecimento do trabalho do psicólogo, muitas pessoas não permitiram ou não necessitam de uma intervenção individual no momento da triagem. As pessoas que foram atendidas individualmente por um aluno da psicologia, relataram alívio e mais confiança após as intervenções psicológicas, ampliando sua visão frente a sua demanda jurídica. De acordo com Pelisolli e Dell’Aglia (2014) a psicologia vem contribuindo de modo a humanizar o contexto judiciário, uma vez que, entende-se que a prática do direito é voltada para o cumprimento das leis e normas sociais. O mesmo afirma que a psicologia abarca as demandas psicossociais do sujeito, formando assim um trabalho interdisciplinar. Declara ainda que

apenas o direito não comportaria a complexidade dos processos jurídicos e a psicologia não se sustentaria apenas com as demandas subjetivas, sendo assim de extrema importância a relação entre as duas atuações.

No que concerne à aceitação ou não da demanda pela área jurídica, percebeu-se que muitos casos foram aceitos por parte do núcleo de prática jurídica. Já os que não foram ou não puderam ser aceitos, foram encaminhados para os órgãos competentes a solucionar ou orientar sobre suas demandas. Não deixando desta forma de apresentar um acolhimento ao assistido que procurou o NPJ e a conseqüentemente a instituição prestadora do serviço.

No que diz respeito às indicações e a procura aos serviços do NPJ, constatou-se que a maior demanda se seguiu de encaminhamentos internos, como estudantes da própria instituição, funcionários, bem como, aqueles que utilizam ou já utilizaram o serviço. Percebe-se que a maior parte das indicações foram por meio de pessoas que já conheciam o trabalho do NPJ. O segundo maior número de indicações foi realizado por encaminhamentos externos, que incluem os órgãos públicos, destacando o reconhecimento social das práticas realizadas pelo NPJ.

No que se refere às demandas a maior parte se encontra no direito civil, destacando-se o divórcio e a pensão como principais procuras. Dados que convergem com o trabalho realizado por Beiras, Martins e Cruz (2005) na Universidade Federal de Santa Catarina no município de Florianópolis. De acordo com a atuação da psicologia dentro do NPJ, foi possível identificar que os indivíduos que estão passando por um processo de divórcio ou requerimento de pensão alimentícia também estão sofrendo com questões emocionais, necessitando de um atendimento/orientação psicológica a fim de direcionar à família que se encontra desestabilizada, principalmente quando os filhos estão envolvidos. Segundo Costa, Penso e Legnani et al (2009), a psicologia vem oferecer apoio às famílias que estão passando por este processo, a fim de promover uma reestruturação familiar, com o intuito de que os pais retornem para suas funções parentais.

6 Conclusão

O presente estudo de campo quali/quantitativo foi possível constatar atribuições importantes acerca da atuação do psicólogo no contexto jurídico. Por meio do levantamento identificamos que a demanda de divórcio e solicitação de pensão alimentícia encontram-se em evidência e que nestes casos é de suma importância a intervenção psicológica devido ao conflito em que a família se encontra. A participação de psicólogos nesse cenário demonstrou

uma compreensão mais completa de cada demanda atendida, proporcionando além de um atendimento integral a cada pessoa, uma troca de conhecimentos entre os alunos de psicologia e direito.

7 Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 236p.

BEIRAS, A., MARTINS, S., & CRUZ, R. M. Inserindo práticas de psicologia jurídica no escritório modelo de assistência jurídica (emaj) da ufsc. **Rev. Eletrônica de Extensão**. N. 3, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Mariana/Downloads/5477-17221-1-PB.pdf>.

CAROLINA, GUTIÉRREZ DE PIÑERES B., ANDREA C., LOBO R. Significados en torno al concepto de psicología jurídica. **Rev. Diversitas - Perspectiva en Psicología**, v. 11, n. 1, p. 113-133, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/679/67943296008.pdf>>.

COSTA, L. F., PENSO, M. A., LEGNANI, V. N., SUDBRACK, M. F. O. As competências da psicologia jurídica na avaliação psicossocial de famílias em conflito. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 233-241, agosto. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 3 de dezembro de 2017.

FREITAS, M. A. Psicologia Forense e Psicologia Jurídica: aproximações e distinções. **Rev. jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, v.12, n.20, p.82-103, jan./jun., 2013. Disponível em: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1137/R%20DJ%20Psicologia%20juridica%20-%20marcel.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01 de dez. 2017

GONÇALVES, G. M. Relato de extensão em núcleo de prática jurídica. **Rev. Dialogos: Contribuições da extensão para a consolidação dos direitos humanos**, v.16, n.2, p.61-69, dez., 2011.

LAGO, V. M., AMATO, P., TEIXEIRA, P. A., et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de psicologia**, v. 26, n 4, p. 483-491, out./dez., 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000400009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 3 de dezembro de 2017.

PELISSOLI, C., DELL'AGLIO, D. D. As contribuições da psicologia para o sistema de justiça em situações de abuso sexual. **Rev. Psicologia Ciência e Profissão**, v. 34, n.4, p. 916-930, dez., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000400916&script=sci_abstract. Acesso em: 3 de dezembro de 2017.

RODRIGUES, A., ASSMAR, E. M., & JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2012. 688p.

SILVA, D. M. P. **Psicologia Jurídica no processo Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2009.